

GESTÃO DO ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA: Uma proposta de análise do modelo da Universidade Aberta do Brasil

Maio/2008

Onília Cristina de Souza de Almeida
UnB – onilia.almeida@gmail.com

Pesquisa e Avaliação

Educação Universitária

Descrição de Projeto em Andamento

Resumo

Este projeto de pesquisa pretende analisar o modelo de gestão descentralizada da Universidade Aberta do Brasil (UAB), com foco no estudo da articulação entre uma universidade pública federal e os pólos presenciais, bem como, analisar a percepção dos alunos de vínculo com a Universidade. A pesquisa será conduzida na UAB da Universidade de Brasília, a investigação será estruturada considerando as abordagens qualitativa e quantitativa. Os desafios da implantação da UAB e a escassez da produção científica na área de gestão de programas de EaD – constituem a justificativa deste estudo.

Palavras-chave: Gestão do Ensino Superior a Distância, Universidade Aberta, Gestão descentralizada.

introdução

A demanda por aprendizagem em todas as áreas está aumentando na medida em que as economias dos países estão cada vez mais baseadas no conhecimento e o ritmo da mudança tecnológica continua acelerado. [1] O acesso à Educação em qualquer lugar e a qualquer hora, para qualquer idade e em diferentes formatos, é crítico para o bem-estar dos indivíduos e da coletividade. Nesse contexto, a Educação a Distância vem assumindo cada vez mais um papel estratégico no sistema educativo. A partir da metade do século passado, a antiga modalidade de ensino-aprendizagem a distância ganhou uma diferente configuração com a chegada das novas tecnologias.

Para [1], a democratização também requer uma população com um nível educacional mais elevado, fortalecendo as pressões sobre os governos para dar oportunidades de educação para todos. Assim, o acesso à Educação em todos os níveis e contextos tem sido mais importante do que nunca, e não seria exagero dizer que se trata de um elemento estratégico dentro das sociedades e economias globais.

Assim, as economias impulsionadas pela inovação e pelo progresso tecnológico estão exigindo mão-de-obra qualificada e, nessa perspectiva,

insere-se o Ensino Superior. Segundo [2] essa tendência é demonstrada no forte aumento do número de alunos matriculados no ensino superior em todos os países. Em 1970, eram 28 milhões de alunos, passando para mais de 60 milhões em 1998. Na América Latina, o percentual passou de 7% para 21% e nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) o percentual cresceu em mais de 50%.

Como forma de atender esse crescimento vertiginoso, em muitos países as universidades tradicionais estão realizando programas de ensino superior a distância, como forma de ampliar o acesso dos menos privilegiados.

Seguindo essa tendência, o Brasil, por meio do Ministério da Educação, instituiu em 2005, o sistema Universidade Aberta do Brasil, para a articulação e integração de um sistema nacional de educação superior a distância, visando sistematizar as ações, programas, projetos, atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade, uma proposta para minimizar as desigualdades de oferta entre as diferentes regiões do país.

O programa Universidade Aberta do Brasil tem como parceiros as entidades públicas das três esferas governamentais (federal, estadual e municipal), a participação das universidades públicas articuladas com pólos regionais para dar apoio presencial. Segundo [3], a UAB deve contribuir para o atendimento da meta do Plano Nacional de Educação de, até 2010, ter 30% da população na faixa etária de 18 a 24 anos de idade freqüentando a educação superior.

Fundamentação teórica

[3] chamam a atenção para o fato de que a UAB é um projeto que propiciará revisão do paradigma educacional brasileiro, em termos da modernização, gestão democrática e financiamento, e provocará importantes desdobramentos para a melhoria da qualidade da educação, tanto na incorporação de tecnologias e metodologias inovadoras ao ensino presencial quanto nos possíveis caminhos de se promover educação superior a distância com liberdade e flexibilidade.

Entretanto, alcançar esses objetivos não é uma tarefa simples. [4] afirmam que o desafio da implementação da UAB nas universidades federais envolve uma série de fatores importantes, como por exemplo, a articulação das estruturas curriculares, acadêmicas e administrativas em prol do ensino a distância, a revisão das metodologias presenciais com as demandas do uso da mediação tecnológica no processo ensino-aprendizagem e, principalmente, a preparação do quadro docente. Essa implementação deve ser cercada dos cuidados necessários para se evitar a descaracterização dos objetivos, natureza e missão da Universidade Pública no Brasil.

A UAB foi criada em setembro de 2005 com o curso piloto de Administração, oferecido na modalidade a distância, em parceria com a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Universidade Federal de Goiás (UFGO).

Segundo [3], o Projeto UAB representa mais que um programa governamental, pois configura-se como programa de nação, ao proporcionar educação superior para todos com qualidade e democracia. Para os autores, trata-se de um desafio permanente para a construção de um projeto nacional sustentável e inclusivo.

Conforme afirmado anteriormente, o Projeto da Universidade Aberta do Brasil implicará mudanças profundas no sistema educacional brasileiro, entretanto, o alcance desse objetivo passará antes pela superação de inúmeros desafios.

Por se tratar de uma iniciativa governamental bastante recente e que ainda se encontra em processo de implantação, pesquisas que ajudem no acompanhamento e avaliação do processo de implantação da UAB podem fornecer subsídios importantes para o aperfeiçoamento e a consolidação do Projeto.

Soma-se a isso, o fato de que a produção científica que trata da gestão do ensino a distância ainda é escassa tanto na literatura nacional como estrangeira. Essa escassez pode ser justificada em razão do pouco lastro histórico que o ensino a distância apresenta dentro dessa nova perspectiva tecnológica. A temática é nova e, por conseqüência, houve pouco tempo para uma consolidação do conhecimento na área.

Esses dois fatores – os desafios da implantação da UAB e a escassez da produção científica na área de gestão de programas de EaD – constituem a justificativa deste projeto de pesquisa.

A educação aberta e a distância está cada vez mais se consolidando como uma alternativa para atender as necessidades da sociedade contemporânea. Em 1969 foi criada a Open University do Reino Unido, considerado por alguns autores como sendo o modelo mais bem sucedido do mundo e que tem se destacado até os dias atuais. Servindo de modelo para a criação de outras universidades abertas.

A Educação a Distância no Brasil, principalmente no ensino superior, está em fase de consolidação, com crescimento expressivo e sustentável. De acordo com os resultados das pesquisas realizadas pelo Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância de 2006, em 2004 havia 166 instituições autorizadas e credenciadas no Sistema de Ensino que adotaram a EAD; em 2005, esse quantitativo passou para 217 instituições, um crescimento de 31%. Quanto ao número de alunos, de 309.957 em 2004, passou para 504.204 em 2005, um aumento de 63%.

Ainda segundo o Anuário Brasileiro, cerca de 1.278.022 de brasileiros estudaram na modalidade a distância no ano de 2005, somando os cursos oficialmente credenciados e os não-credenciados, os grandes projetos nacionais públicos e privados.

A regulamentação da Educação a Distância no Brasil ainda é bem recente, se comparada com outros países. Foi somente com o advento da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada pela Lei nº 9.394, de 20/12/1996, que o País reconheceu oficialmente a EaD dentro do sistema educacional brasileiro.

Antes da LDB, a Educação a Distância era consubstanciada no artigo referente ao ensino supletivo na Lei nº 5.692, de 1971. Os programas de Educação a Distância recebiam pareceres dos Conselhos Federal e Estadual de Educação. Esses programas eram classificados como “experimentais” e seu funcionamento permitido a título precário.

Na LDB, há um reconhecimento explícito do novo papel da Educação a Distância, conforme estabelece o artigo 80 e suas letras:

a) O Poder Público deve incentivar o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância. O ensino a distância desenvolve-se em todos

os níveis e modalidade de ensino e de educação continuada. A educação a distância organiza-se com abertura e regime especiais. **b)** A educação a distância será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União. **c)** Caberá à União regulamentar requisitos para realização de exames para registro de diplomas relativos a cursos de educação a distância. **d)** Caberá aos sistemas de ensino normatizar a produção, controle e avaliação de programas e autorizar sua implementação. **e)** Poderá haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas. **f)** A educação a distância terá tratamento diferenciado, que incluirá custos reduzidos na transmissão por rádio e televisão, concessão de canais, exclusivamente, educativos, tempo mínimo gratuito para o Poder Público, canais comerciais.

De acordo com [5], a LDB trouxe algumas determinações sobre a Educação a Distância, mas as remetia a futuras regulamentações. Essas regulamentações vieram sob a forma de decretos e portarias, destacando-se, entre outras, as seguintes:

- **Decreto nº 2.494/1998** - Regulamenta o Art. 80 da LDB.
- **Portaria nº 301/1998** – Estabelece os procedimentos para o credenciamento de instituições e a autorização de cursos a distância no nível de graduação.
- **Portaria nº 2.253/2001** – Autoriza a oferta de disciplinas não presenciais em cursos de graduação regulares.
- **Decreto nº 5.622/2005** – Regulamenta o art. 80 da LDB que dispõe sobre a EAD..
- **Lei nº 11.273/2006** – Possibilita o pagamento de bolsas para professores e tutores participantes de projetos experimentais do Ministério da Educação para a formação superior inicial e continuada em particular de programas de Educação a Distância.

A Portaria 2.253, um dos instrumentos legais que contribuiu para a regulamentação da Educação a Distância no Brasil, provocou grande repercussão no dia-a-dia do sistema educacional universitário. Segundo [6], a Portaria chegou para transformar e movimentar o ensino superior brasileiro, em razão das oportunidades e desafios trazidos pela lei. A institucionalização dessa Portaria, afirma a autora, trouxe à tona e deu credibilidade à realização e discussão de assuntos referentes à virtualidade, semipresencialidade, questões filosóficas, conceituais, afetivas e financeiras relacionadas a um novo paradigma de ensino. Ela trouxe para as Instituições de Ensino Superior (IES) a discussão de como desenvolver, pensar, propor e criar metodologias de ensino que vislumbrem novas maneiras de ensinar e aprender.

Na visão de [6], a Portaria 2.253 fez com que as Instituições “acordassem” para o debate sobre o ensino a distância com tecnologias interativas, para a pesquisa e formação de núcleos e centros de educação a distância. A divulgação da Portaria deu-se em um momento em que a maior parte das instituições de ensino sequer pensava no desenvolvimento de ambientes virtuais de aprendizagem e no uso de tecnologias interativas como possibilidade de flexibilização e otimização curricular.

[7] também destaca a importância da Portaria 2.253, que permitiu a flexibilização do currículo em 20% da carga total nos cursos de graduação já autorizados presencialmente. Para o autor, os 20% são uma etapa inicial de criação da cultura *on-line*. Mais tarde, cada universidade irá definir qual é o

ponto de equilíbrio entre o presencial e o virtual em cada área do conhecimento.

Para [5], a regulamentação da Educação a Distância trouxe uma nova configuração no cenário educacional brasileiro. Na visão do autor, o ensino a distância e o ensino presencial não podem ser vistos de forma dicotômica, ou seja, deve-se olhar para momentos e modos de um mesmo processo, que é a educação sistematizada e intencionalizada, como apoio de um projeto individual e coletivo de educar-se.

Nesse sentido, um projeto com a participação governamental, como a Universidade Aberta do Brasil, instituída pelo Decreto nº 5.800/2006, que dispõe sobre um Acordo de Cooperação Técnica entre Ministério da Educação e Universidades federais, públicas e CEFETs visando à expansão, democratização do acesso e interiorização da educação superior representa um marco importante no fortalecimento da Educação a Distância no País.

O Projeto da UAB foi implementado por meio de um Edital publicado em 16 de dezembro de 2005. Os Municípios, Estados ou Distrito Federal, individualmente ou organizados em associações/consórcios, foram convocados, por adesão, a proponentes de projetos de pólos municipais de apoio presencial para receberem cursos superiores de instituições públicas federais. Para sua operacionalização o Projeto conta com os recursos humanos, a capacidade e a infra-estrutura disponíveis nas instituições parceiras e com aporte de recursos financeiros para custeio da fase de produção e da oferta dos cursos superiores a distância.

No primeiro momento, o projeto ofertou 10 mil vagas e envolveu os seguintes Estados: Paraná, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Bahia, Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Norte, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, além do Distrito Federal. O primeiro curso piloto da UAB foi o de graduação em Administração [3].

O escopo dos Pólos de Apoio Presencial elaborado pelo MEC, serve como modelo para auxiliar os dirigentes de Municípios, Estados e do Distrito Federal, interessados em participar do Sistema de Universidade Aberta do Brasil. O ministério define Pólo de Apoio presencial como sendo uma “estrutura para a execução descentralizada de algumas das funções didático-administrativas de curso, consórcio, rede ou sistema de educação a distância, geralmente organizada com o concurso de diversas instituições, bem como com o apoio dos governos municipais e estaduais” [8]. Em síntese, é o “braço operacional” da instituição de ensino superior na cidade do estudante ou mais próxima dele.

Observa-se, dessa forma, que é grande hoje no Brasil o desejo de implantar a Educação a Distância como uma alternativa viável para aumentar a oferta de ensino superior gratuito, visando expandir as fronteiras geográficas do ensino e reduzindo as taxas de exclusão social.

O apoio governamental demonstrado por meio das políticas públicas que hoje apóiam o uso da Educação a Distância no Brasil embora seja de fundamental importância não é suficiente para garantir uma mudança de paradigma educacional a curto e médio prazo. Trata-se de um processo longo e delicado que envolve também uma mudança no modelo de gestão.

Estamos em um momento de plena transição social que se reflete em mudanças significativas na forma de pensar e de fazer educação. Essas

alterações resultam em mudanças radicais no ambiente educacional. Não se trata apenas de adaptar as formas tradicionais de ensino aos novos equipamentos ou vice-versa. A opção e o uso da tecnologia digital, principalmente das redes eletrônicas de comunicação e de informação, mudam toda a dinâmica do processo.

[9] afirma que é fundamental, para os diferentes atores do processo, que a gestão do ensino seja eficiente (que garanta o equilíbrio entre os gastos e os produtos do processo, de forma a diminuir os custos ao máximo) e eficaz (que atinja seus objetivos). A importância da gestão do ensino a distância é que ela constitui um reconhecido campo disciplinar, sendo que a questão da rentabilidade confere-lhe ainda maior importância.

O autor conceitua “gestão” como sendo um processo que permite o desenvolvimento de atividades com eficiência e eficácia, a tomada de decisões com respeito às ações que se fizerem necessárias, a escolha e verificação da melhor forma de executá-las. Porém, [9] destaca que quase toda a literatura sobre gestão e administração refere-se ao ensino presencial, e que existe ainda pouca produção científica tratando especificamente dos sistemas de gestão do ensino a distância. Grande parte aborda apenas indiretamente o assunto ou o ignora.

Ainda com relação à gestão do ensino a distância, é importante observar as implicações advindas dos diferentes modelos de estrutura organizacional adotados pelas universidades. [10] classifica esses modelos em três categorias que se agrupam pela sua especificidade de atuação:

- **Especializadas (Single-mode)** - dedicam exclusivamente ao ensino. Universidades Abertas Européia e a Universidad Nacional Abierta na Venezuela e FernUniversität na Alemanha.
- **Integradas** - instituições de ensino superior convencionais públicas ou privadas que desenvolvem experiências em EAD. Rural do Wye College da Universidade de Londres.
- **Rede ou Consórcios** - organiza-se sob a forma de associação de instituições educacionais que atuam na área do ensino a distância no sentido de cooperação institucional ou intercâmbio científico. National Technological University.

De acordo com [4] a Universidade Aberta do Brasil não é um consórcio de universidades oferecendo cursos *on-line*, ainda que também possa ter cursos *on-line* oferecidos em formato de consórcios. Não é tampouco uma universidade aberta centralizada como a *Open University* da Inglaterra e outras que existem em vários países.

Segundo os autores, esta definição inicial serve para fomentar uma discussão acadêmica mais ampla e aprofundada sobre as concepções e estratégias implicadas no processo de criação e implementação deste sistema de ensino com gestão descentralizada. Essa expansão provoca crescimento e complexidade no modelo de gestão, tendo em vista que o projeto pedagógico institucional e o modelo gerador desse sistema deverão ser construídos no seio de cada Universidade parceira, uma gestão onde impera a responsabilidade pública que em geral se faz mediante controle centralizado.

A previsão implica que o número de pessoas envolvidas em ações relacionadas à UAB deve chegar aos milhares nos Pólos de Apoio Presencial (PAP). Mesmo trabalhando com instituições de ensino experientes e de reconhecida excelência no ensino presencial, essa nova configuração -

combinação do presencial e do a distância - é uma novidade e expande exponencialmente a capacidade de atendimento de cada instituição, o que exige uma estrutura mais complexa com equipes preparadas que trabalhem de forma integradas. Tomando como exemplo, o caso da Universidade de Brasília integrante do Projeto UAB, que através dos seus pólos distribuídos em vinte e três (23) Municípios em nove (9) Estados, expandindo assim, sua área de atuação. Os pólos de apoio presencial têm o objetivo de dar uma infra-estrutura para apoiar os alunos presencialmente, além de, criar vínculo com a Universidade Federal gestora. A Figura 1, ilustra a seguir, a configuração da UAB/UnB e sua abrangência:



Figura 1 – Mapa de abrangência da UAB/UnB em 2007.

Para [9], a gestão do ensino a distância é uma atividade complexa. Como os alunos encontram-se dispersos – geralmente a quilômetros dos serviços institucionais centrais - a organização dos exames é problemática, o que exige dos gestores algumas ações, tais como: planejar exames localmente, facilitar o acesso dos alunos aos serviços de apoio, coordenação de equipes, dentre outras.

Esse contexto novo e desafiador que envolve a implementação e a gestão da Universidade Aberta do Brasil propicia o levantamento de inúmeras questões importantes de pesquisa, entre elas, a seguinte: “No ensino superior a distância, como está ocorrendo a articulação entre a universidade pública federal e os pólos de apoio presencial em um modelo de gestão descentralizada”?

Assim, o presente projeto de pesquisa tem como **objetivo geral** “analisar o modelo de gestão descentralizada da Universidade Aberta do Brasil com foco no estudo da articulação entre uma universidade pública federal e os pólos presenciais e a percepção de vínculos dos alunos e a instituci”. Para alcançá-lo foram estabelecidos os seguintes **objetivos específicos**:

- Identificar e analisar os elementos constitutivos na proposta de articulação entre uma universidade pública federal e os Pólos de Apoio Presencial.

- Identificar e analisar como se dá o fluxo de articulação entre a Universidade Pública Federal e os Pólos de Apoio Presencial.
- Analisar a infra-estrutura dos pólos de apoio presencial oferecidas aos alunos.
- Identificar e analisar o fluxo de apoio Universidade Federal e Pólos, Pólos e alunos do projeto UAB/UnB.
- Analisar os procedimentos pedagógicos utilizados pela UAB e adotados pelos pólos.
- Construir e validar instrumento de avaliação do grau de satisfação do aluno em relação à Universidade Aberta do Brasil e aos Pólos de apoio presencial.
- Construir e validar instrumento para avaliar a percepção dos gestores dos pólos em relação ao modelo de gestão adotado pela UAB.
- Analisar a percepção de vínculo dos alunos em relação à Universidade Federal, bem como, a dinâmica adotada pelos pólos de apoio presencial para promover esse vínculo.

Procedimentos Metodológicos

Neste projeto serão utilizadas as abordagens, quantitativa e qualitativa de pesquisa. Para a classificação da pesquisa, tomou-se como base a taxionomia de [11], será uma pesquisa descritiva, exploratória, e explicativa. Os meios: bibliográficos para fundamentação teórico-metodológica do trabalho, documental e de campo, utilizando-se, para o levantamento de dados, de questionários, entrevistas, esta última, visando subsidiar a confirmação dos resultados estatísticos.

Tomando por base os dados obtidos por meio das entrevistas, bem como a literatura científica que trata de gestão do ensino superior a distância, serão desenvolvidos os itens do instrumento destinado a avaliar o modelo de gestão descentralizada da Universidade Aberta do Brasil, com foco no estudo da articulação entre uma universidade pública federal e os pólos de apoio presencial e a percepção desse apoio pelos alunos.

Para definição dos universos populacionais, serão considerados os (gestores, coordenadores dos pólos e alunos atendidos) segundo a representatividade de cada região. Será definida uma amostra estratificada, representativa dos diversos grupos funcionais e hierárquicos existentes. O tamanho da amostra será definido conforme “o número de respondentes necessário para que os resultados obtidos sejam precisos e confiáveis” [12].

Contexto da Pesquisa

A pesquisa será conduzida na Universidade de Brasília (UnB), uma das universidades participantes do Projeto Universidade Aberta do Brasil. A UnB conta com aproximadamente, vinte e três (23) Pólos de Apoio Presencial distribuídos em nove unidades da Federação, pretende atender em 2007, quase dois mil (2000) alunos.

Participantes da Pesquisa

A pesquisa abrangerá diferentes níveis, definidos em grupos de participantes, provenientes da UAB/UnB e dos pólos de apoio presencial, cabe ressaltar que, no caso dos pólos e dos alunos, a seleção tomará como base a

representação por região atendida. Conforme representado na Figura 2.

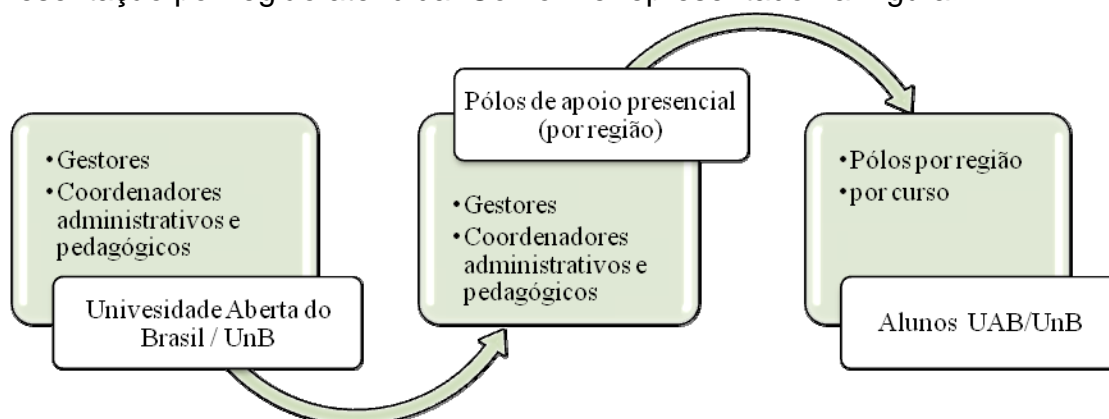


Figura 2 – Participantes da pesquisa

Análise de dados

A partir da análise das respostas dos entrevistados e com base na literatura, almeja-se identificar elementos comuns que caracterizem o modelo de gestão descentralizada da Universidade Aberta do Brasil, bem como, a articulação entre uma universidade pública federal e os pólos de apoio presencial e na percepção de vínculo dos alunos. Por meio das entrevistas com os diversos atores envolvidos no programa, pretende-se construir itens para o instrumento de pesquisa. A abordagem qualitativa - será usada para analisar o conteúdo das respostas dos alunos às questões abertas incluídas no instrumento de pesquisa quantitativa. As informações serão tratadas por meio da técnica de análise de conteúdo segundo pressupostos metodológicos propostos por [13].

A abordagem quantitativa - os dados coletados será realizada análises estatísticas descritivas, inferenciais, para a validação estatística do instrumento. As técnicas utilizadas para análise dos dados consistirão na aplicação das ferramentas disponíveis no *software* estatístico *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) versão 14.0. Após a tabulação dos dados coletados, será realizada a análise fatorial dos dados com o objetivo de validar estatisticamente o instrumento de pesquisa, ou seja, esta análise deverá indicar quantos e quais são os fatores subjacentes aos itens do instrumento. Segundo [14], na análise fatorial os fatores são concebidos de forma a refletir processos inerentes que criaram as correlações entre variáveis.

Referências bibliográficas

- [1] D. E. HANNA. Organizational Models in Higher Education, Past and Future. In: MOORE, M.G., ANDERSON, W. **Handbook of distance education**. London LAWRENCE Erlbaum Associates Publishers, 2003. Cap. 5, p. 67-79.
- [2] D. BLONDEL. O ensino superior: Missão, Organização e Financiamento. In: DELORS, J. (Org.) **A Educação para o século XX: Questões e perspectivas**. Porto Alegre: Arned, 2005.
- [3] Mota e Chaves Filho. In: **Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância (ABRAEAD)**. São Paulo. Instituto Monitor LTDA. 2006. Disponível em: <http://www.nead.ufma.br/arquivos/AnuarioABED2006.pdf> Acesso em 20 mar.2007.

- [4] ABREU, M. Rosa Ravelli. Et al. To blog or not to blog. NO PRELO.
- [5] LOBO NETO, F. J.S. **Educação a Distância: regulamentação**. Brasília, Plano, 2000.
- [6] MAIA, C. Portaria 2.253: oportunidades e desafios para o ensino superior. In: MAIA, C. (Org.) **Guia Brasileiro de Educação a Distância 2002/2003**. São Paulo: Esfera, 2002.
- [7] MORAN, J.M. Contribuições para uma pedagogia da educação online. In: SILVA, M. (Org.) **Educação Online**. São Paulo: Loyola, 2003.
- [8] Brasil. Ministério da Educação. O que é UaB. Disponível em http://uab.mec.gov.br/conteudo.php?co_pagina=20&tipo_pagina=1 acesso em 10 de Nov.2007.
- [9] RUMBLE, Greville. A gestão dos sistemas de ensino a distância. Brasília. Editora Universidade de Brasília : Unesco, 2003. 120p.
- [10] BELLONI, M. L. **Educação a Distância**. 3. ed., São Paulo: Autores Associados, 2003.
- [11] VERGARA, S.C. Começando a definir a metodologia. In: _____ **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000, cap. 4, p. 46-53.
- [12] FREITAS, H. et al. O método de pesquisa survey. **Revista de Administração**, v.35, n.3, p. 105-112, jul./set. 2000.
- [13] BARDIN, L. (1979). **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70.
- [14] TABACHNICK, B.G.; FIDELL, L.S. **Using multivariate statistics**. 3.ed. New York: HarperCollins College, 1996.